



Os Impactos da Crise do Coronavírus na Produção Agropecuária do Agreste de Pernambuco: A Importância das Ações do Estado para a Superação dos Desafios

THAMYRES FIRMINO GOMES DA SILVA (MESTRANDA DO PPGECON/CAA/UFPE)
MARCIO MICELI M. DE SOUSA (DOUTOR EM ECONOMIA E COORDENADOR DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

Em momentos de crise, o único paradigma científico capaz de corrigir o rumo das economias e, mais especificamente, restabelecer o funcionamento dos mercados é o keynesiano. Diante de um evento como o da COVID-19 e a consequente instalação de um ciclo recessivo na economia brasileira, os efeitos indesejados só poderão ser minimizados com a forte atuação do Estado.

A crise do Coronavírus, como todo e qualquer fenômeno desta natureza, vem carregada de um substancial efeito psicológico, que tende a reduzir o nível da demanda agregada da economia, impondo um desafio ao funcionamento de mercados como o agropecuário. Neste sentido, o artigo se propõe a discutir as ações disponíveis ao Estado para minimizar os efeitos sobre a agricultura familiar do Agreste de Pernambuco, em tempos de pandemia.

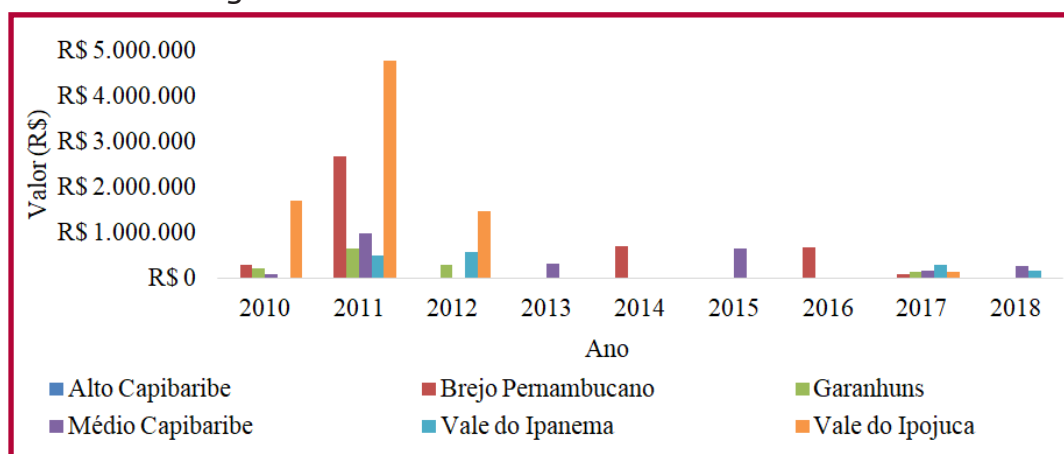
O espaço restrito ao desenvolvimento do texto servirá para definir como políticas públicas importantes para sustentar à análise deste boletim: o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o programa Leite para Todos

do Governo de Pernambuco, sem desmerecer, a contribuição das demais ações que foram importantes na composição de um grande cinturão de proteção para mitigar os efeitos da última grande seca de nossa história, compreendida no período de 2009 a 2016 (Sousa, 2016).

O que se espera desta crise é uma grande redução da renda, a qual irá impactar substancialmente no consumo das famílias. Os bens de primeira necessidade, compostos em sua grande maioria pelos gêneros alimentícios, sofrerão grande redução no seu consumo colocando a agricultura familiar do Agreste de Pernambuco em situação crítica, em especial, quando nos lembramos do movimento de descapitalização que muitos sofreram pela crise hídrica recente, responsável pela desestruturação de muitos sistemas de produção que acontecem na mesorregião selecionada para o estudo.

Gráfico 01

Evolução da Compra com Recursos do PAA nas Microrregiões do Agreste Pernambucano no Período 2010-2018¹



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento.

Deste modo, a atuação do Estado será imprescindível no fortalecimento das políticas públicas voltadas a sustentação da demanda agregada em nível elevado. Neste sentido, fazer uma retrospectiva dos dados nos ajuda a entender a evolução das duas políticas na mesorregião selecionada e o quanto será feito de esforço adicional para que ela alcance o efeito desejado. A análise do Gráfico 01 revela uma maior concentração dos recursos durante os anos de 2010, 2011 e 2012, com destaque para a participação da microrregião do Vale do Ipojuca. É evidente, ainda, uma grande redução nos valores para todas as microrregiões no biênio 2017-18.

Em períodos de crise, no lado da oferta, são potencializados os efeitos cumulativos deste fenômeno e a persistência das tradicionais dificuldades estruturais da agricultura familiar no Estado de Pernambuco, tais quais; a) A forte atuação de atravessadores na agropecuária

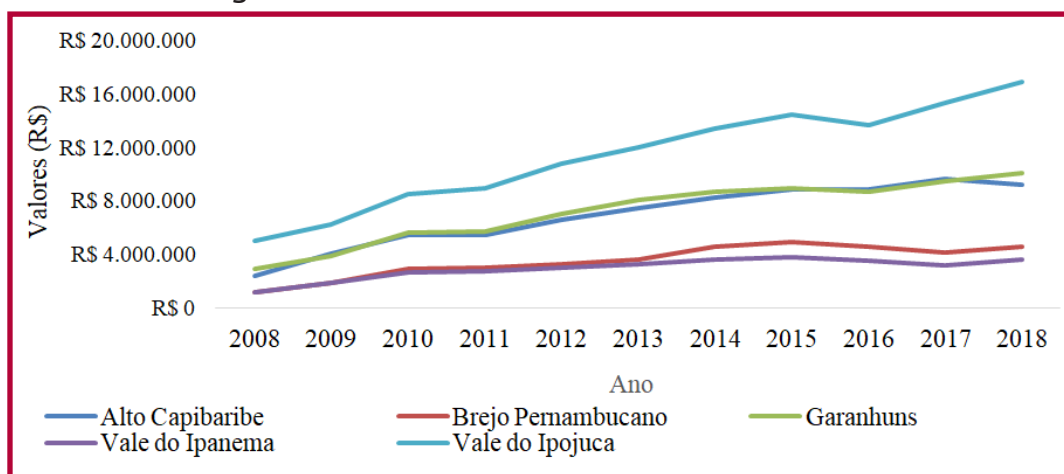
¹ Nota: Foram deduzidas as devoluções (quando havia) do valor formalizado para obter o valor final repassado pelo MSD. Valores em preços correntes.

com aquisição de produtos pelo preço que muitas vezes não cobre nem os custos de produção; b) a péssima qualidade das estradas que ligam as propriedades à cidade, prejudicando o escoamento da produção e c) a grande oferta de animais proveniente da incapacidade de alimentação dos rebanhos durante a estiagem, demandam a expansão do mercado institucional.

A crise da pandemia da COVID-19 deverá afetar os dois lados da produção agropecuária, mas com maior peso sobre a demanda dado a brutal destruição de emprego e renda, graças às demissões em massa que devem acontecer no Estado e a interrupção de importantes feiras no Polo de Confeção em cidades como Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Sendo assim, a redução do consumo gera a necessidade de ampliação na aquisição de frutas, verduras, hortaliças, carnes e derivados do leite pelo PAA e o PNAE. Somente um aumento substancial na atuação do Governo Federal será capaz de minimizar a implantação de um ciclo recessivo que poderá gerar graves problemas ao funcionamento dos Sistemas de Produção e elevar substancialmente a pobreza rural.

Gráfico 02

Evolução dos Recursos Repassados pelo PNAE às Microrregiões do Agreste Pernambucano no Período 2008-2018



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Valores em preços correntes.

No Gráfico 02 verifica-se uma maior participação do Vale do Ipojuca na comercialização de produtos agropecuários para o PNAE durante toda a série histórica. Percebe-se que em 2015, penúltimo ano da seca que afetou o meio rural pernambucano, as curvas de aquisição sofrem uma inflexão, com uma retomada de apenas duas microrregiões (Vale do Ipojuca e Garanhuns).

Torna-se necessário ampliar substancialmente os recursos financeiros do PAA e do PNAE em tempos de crise, mas não se pode achar que os programas não demandam correções na sua execução. Tem sido comum em alguns municípios de pequeno e médio porte, problemas como: a) O despreparo de alguns gestores na execução dos programas supraci-



tados emperrando o bom desenvolvimento destas políticas; b) Para muitos as exigências burocráticas fazem com que as coisas aconteçam mais devagar; c) a mudança na gestão municipal a cada quatro anos em alguns casos interrompe o fluxo financeiro e d) A qualidade ruim das estradas vicinais impede que uma parte da agricultura familiar entregue os seus produtos, fazendo-os cair nas mãos dos atravessadores (Abreu, 2014).

Em Pernambuco outra iniciativa dentro do mercado institucional que pode ser utilizada como forma de manter a demanda agregada e sustentar uma parte da pecuária familiar é a expansão do programa Leite para Todos, criado em 2000 e administrado por um convênio formado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco, estando presente em 159 dos 184 municípios.

No Agreste pernambucano municípios que fazem parte das bacias leiteiras poderão ser beneficiados com o aumento da aquisição de leite de vaca e de cabra. Mas assim como o PAA e o PNAE este programa precisa de alguns ajustes. É muito comum o atraso nos pagamentos pelo leite entregue diariamente em municípios do Agreste e do Sertão. Alguns produtores de leite caprino de Pesqueira, município da microrregião do Vale do Ipojuca, chegaram a ficar sem receber por seis meses. Esta situação gerou uma desestruturação da cadeia produtiva de leite nesta cidade, bem como prejudicou o funcionamento das lojas de insumos da cidade e a dinâmica da economia local. O município de Sertânia, situado no Sertão de Pernambuco passou por algo semelhante.

A redução do consumo trará problemas aos produtores também para lidar com as questões pelo lado da oferta. Alguns terão uma quebra de receita demandando que seja criada uma linha de crédito para capital de giro do BNB que poderá estar dentro do PRONAF para auxiliar os Sistemas de Produção. A ampliação do Bolsa-Família durante os meses de abril, maio e junho também poderá ter efeito positivo, pois existem estudos que mostram que parte dos recursos deste programa são revertidos em pequenos investimentos ou até mesmo em custeio.

O capital de giro seria fundamental para sustentar os produtores familiares durante: o ciclo de produção do feijão e do milho, das frutas e hortaliças, e na contratação de trabalhadores esporádicos durante o trato cultural das culturas, bem como na preparação da pastagem para a criação de gado bovino, ovinos, caprinos e a sustentação da avicultura de granja e caipira na modalidade de corte e postura.

Em tempos de intensa crise econômica, como estamos vivenciando neste momento, seja para qual for o setor, o socorro do Estado é elemento fundamental. Mas, em setores como a agricultura do Agreste de Pernambuco, muito abalada pelos efeitos perversos da seca de 2009 a 2016, como também ofertante de produtos perecíveis e de difícil armazenamento, esta atenção parece se tornar ainda mais urgente. Apenas se o Estado assumindo o papel de maestro e financiador da orquestra poderá minimizar os perversos efeitos aos Sistemas de Produção desta mesorregião e a expansão da pobreza rural.



REFERÊNCIAS

SOUSA, Marcio Miceli Maciel de. **Sistemas de produção da caprino-ovinocultura no Semiárido pernambucano**: entraves e propostas de desenvolvimento. Tese de Doutorado: PPGE-UFF, 2016.

ABREU, Kate Dayana Rodrigues de. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte**: implicações práticas e teóricas. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

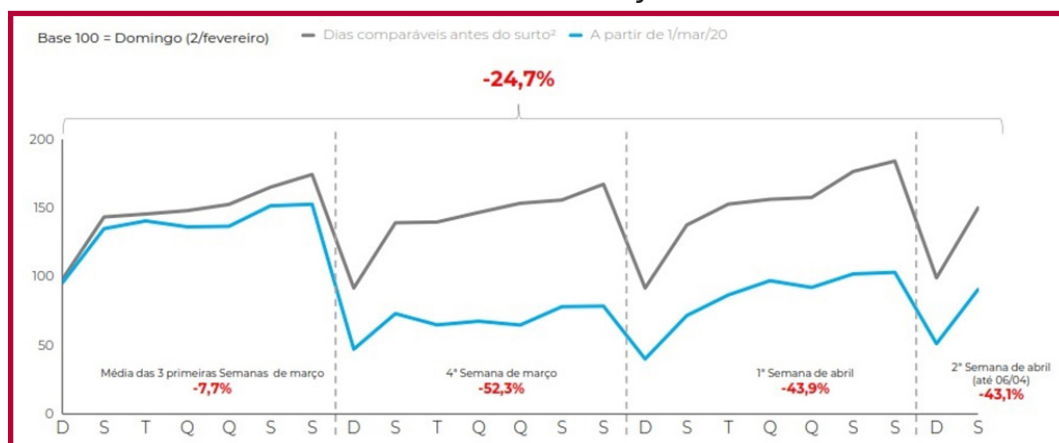
Elementos de Análise Preliminar do Impacto da Coronacrise no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco

ÉDIPO TENÓRIO HOLANDA DIAS (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)
JOSÉ VALDECY GUIMARÃES JÚNIOR (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO NG/CAA/UFPE)

A crise de saúde pública ocasionada pela pandemia do COVID-19 chega ao Brasil e imediatamente já repercute na economia do País. Esse impacto pode ser percebido no ICVA - Índice Cielo do Varejo Ampliado, indicando que desde o início do surto pandêmico (período de 01/mar a 06/abr/2020) o varejo total no Brasil apresentou queda de 24,7% no seu faturamento nominal, quando comparado com os dias equivalentes do mês de fevereiro.

Gráfico 01

Faturamento Nominal – Varejo Total – Brasil



Fonte: ICVA - Índice Cielo do Varejo Ampliado - Cielo (2020).



O estudo da Cielo (2020) mostra que o setor de bens duráveis - compreendido pelos sub-setores de Vestuário, Móveis, Eletro e Lojas de Departamento, Materiais de Construção, entre outros - apresentou uma retração de 39,9% no seu faturamento nominal, com destaque para o setor de Vestuário que liderou essa tendência e apresentou redução de 50,1% do seu faturamento nominal no período levantado. Este comportamento é considerado normal quando se imagina que o consumidor, em períodos de forte incerteza quanto à manutenção de sua renda, passa a priorizar gastos com bens essenciais como alimentos e remédios.

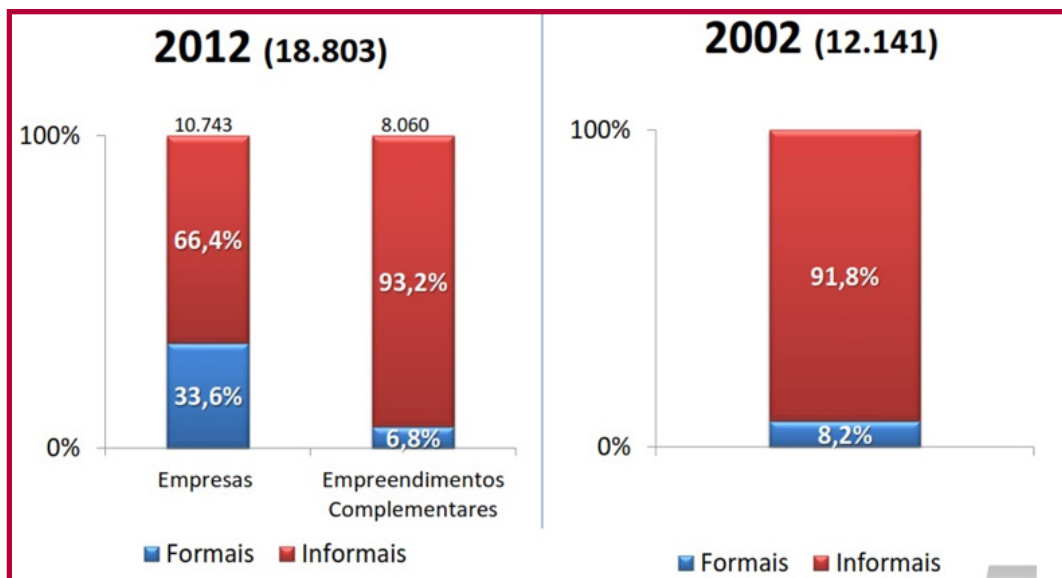
Outro ponto relevante a ser mencionado é que com as restrições de mobilidade e circulação das pessoas, medida adotada pelos governos estaduais, e a consequente redução da demanda por vários bens, vem afetando diretamente o mercado de trabalho. Dos trabalhadores brasileiros, os informais devem sentir com maior intensidade esse impacto. Isto resulta de uma ausência de proteção legal quanto aos direitos trabalhistas, a exemplo do FGTS e do Seguro Desemprego, que são garantidos e servem como colchão de proteção aos trabalhadores formais.

Essas duas realidades somadas - o forte impacto no setor de vestuário e a maior repercussão sobre os trabalhadores informais em relação aos formais - são relevantes quando se olha para a região do agreste pernambucano, onde está localizado o Polo de Confeccões do Agreste, composto por dez cidades.

As principais cidades participantes, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, segundo o Sebrae (2013), concentravam em 2012, aproximadamente 77% de todas as suas unidades produtivas. O polo de confecções do agreste apresentou faturamento bruto anual próximo de R\$ 1 bilhão nesse ano. O Sebrae (2013) informa ainda, que a região possuía, em 2012, mais de 18 mil unidades produtoras que empregavam mais de 100 mil pessoas nessas dez cidades de Pernambuco. Zanini (2019) destaca a dificuldade de se ter um número exato de trabalhadores informais da região, mas aponta que esse número deve estar próximo de 80% de um universo que, atualmente, acredita se aproximar dos 150 mil trabalhadores envolvidos com o polo. Números parecidos podem ser vistos na figura 2. Nela, percebe-se que mesmo com uma expansão da formalidade nas unidades produtivas entre 2002 e 2012, essa taxa não passou de um percentual de 22% do total de unidades. Assim, a informalidade coloca-se como característica central do setor de confecções do Agreste de Pernambuco, englobando a grande maioria de seus agentes econômicos, quais sejam os produtores, comerciantes (feirantes) e trabalhadores. Vale ressaltar que, na maioria dos casos, os comerciantes acumulam a função de produtores e terceirizam uma ou mais etapas da cadeia produtiva.

Gráfico 02

Formalidade x Informalidade das Unidades Produtivas 2002-2012



Fonte: Sebrae (2013).

Com a suspensão da realização das feiras livres de confecção nas cidades, ocorrida no dia 18/03, em um acordo entre as Prefeituras de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e de Toritama, em conjunto com o Governo de Pernambuco, os trabalhadores informais se depararam com uma situação de brusca redução de sua renda principal e, como já visto, sem qualquer proteção legal para transpor esse período. Aqui, soma-se a natural queda de demanda por peças de vestuário com a quebra na oferta dos produtos que ocorrem presencialmente nessas feiras, deixando-se de atender até mesmo a demanda residual, existente nos dias que antecederam à paralização das feiras.

Feirantes registram quedas nas suas receitas superiores a 90% do esperado para o período e relataram grandes dificuldades em manter compromissos relacionados a despesas dos seus negócios como aluguel de pontos de vendas, dentre outros. Muitos destacam não terem condições de se manterem sem a retomada das feiras por períodos maiores que 30 dias. Alguns comerciantes também relatam terem ficado com estoque de produtos represado, visto que o comprador também foi afetado pela crise e não pode manter os pagamentos das encomendas. Como a grande maioria das transações do polo são feitas com ausência de contratos formais, muitos dos problemas de quebra de acordo não poderão ser readequados de forma equitativa, afetando mais intensamente os menores produtores. A crise e a suspensão das feiras interromperam o fluxo de renda do polo de confecções do agreste de forma abrupta, colocando trabalhadores e feirantes em situação de fragilidade¹.

Os feirantes relataram que apesar da crise de 2015-2016 e a fraca recuperação da economia desde então, àquela década tinha apresentado crescimento nos volumes negociados. A expectativa até o mês de março era que o ano de 2020 fosse de forte expansão de seus

1 Sondagem realizada virtualmente com feirantes da Feira da Sulanca, cidade de Caruaru/PE, no período de 08 à 10/04/2020.



negócios. No entanto, atualmente, eles encontram-se mergulhados na incerteza do momento no tocante às repercussões adversas dessa nova crise em suas atividades, o que faz deteriorar suas expectativas para os próximos meses².

Todo momento de turbulência exige que medidas emergenciais sejam tomadas. Nesse caso, o governo deve atuar para que a crise não desarranje esse polo. Uma forte atuação governamental será fundamental para a manutenção da renda na região. Uma primeira medida adotada pelo governo foi a Renda Emergencial aprovada nos últimos dias para atender os trabalhadores informais. Outras medidas, como o Programa de Manutenção de Emprego e Renda do governo, vão atender trabalhadores formais, também presentes na região. A reconversão industrial se torna uma solução que traz benefícios tanto para o setor de confecção como na própria política de combate ao novo Corona Vírus. O Governo do Estado abriu uma linha de crédito para as empresas do polo de confecções com objetivo de readequação de linhas de produção de mais de 120 empresas para a produção de itens de proteção, como máscaras. Estimou-se que sejam produzidos 1 milhão desses produtos para abastecer pontos de vendas on-line, farmácias e supermercados. Isso vai manter uma relativa parcela de unidades produtoras em funcionamento, mas quando comparado ao total de unidades do polo, se mostra ainda uma medida incipiente.

Os comerciantes também podem fazer sua parte, buscando alternativas para reduzir os impactos da crise em seus negócios. Uma das medidas a ser adotada é a adoção do *e-commerce*. O isolamento social coloca uma barreira para atividade de comércio corpo a corpo, característica importante dessas feiras. Desta forma, buscar meios de atender esses clientes à distância se torna um desafio para um setor regido pela informalidade. A implantação de plataformas *online* vai exigir uma readequação da estrutura da empresa, incluindo funcionários ou terceirização de capacitados para tal atividade. Uma vez adotado um sistema de *e-commerce*, outro desafio para a região é desenvolver um sistema eficiente de escoamento de sua produção que atenda as mais diversas áreas do país. Nada disso será possível sem uma associação entre produtores de menor porte para que consigam se manter competitivos. Essas e outras ferramentas deverão ser incorporadas à estrutura dos negócios, a fim de se readaptarem a uma nova realidade do mercado após a pandemia.

REFERÊNCIAS

CIELO. **Impacto do COVID-19 no Varejo Brasileiro. 2020.** Disponível em: <<https://www.cielo.com.br/boletim-cielo-varejo/>>. Acesso em 09 de Abril de 2020.

SEBRAE/PE- **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano, 2012.** Pernambuco: Sebrae/PE, p.151, 2013.

ZANINI, Fábio. **No agreste, polo de confecções serve de laboratório para reforma de Guedes.** Folha de São Paulo. São Paulo. abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/no-agreste-polo-de-confecoes-serve-de-laboratorio-para-reforma-de-guedes.shtml>>. Acesso em 09 de abril de 2020.

2 Sondagem realizada virtualmente com feirantes da Feira da Sulanca, cidade de Caruaru/PE, no período de 08 à 10/04/2020.



Municípios do Agreste Pernambucano já Sentem Queda nas Receitas Municipais após Um Mês do Primeiro Caso de COVID-19 ter sido Confirmado no Estado

JHONATTAN W. S. S. DOS SANTOS (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

LÁZARO V. P. SOARES (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

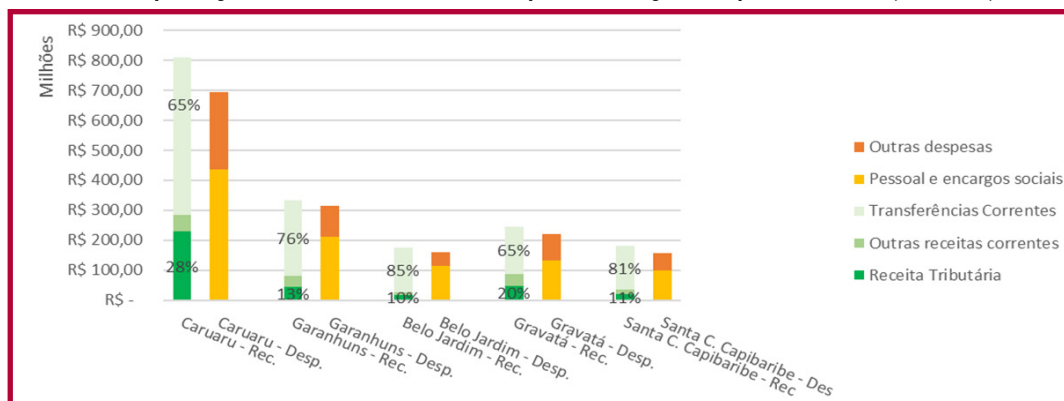
LEANDRO W. P. COIMBRA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO PPGECON E DO NG/CAA/UFPE)

Diante da crise econômica que surge com a pandemia que assola o mundo, surge também preocupação quanto ao orçamento público. Parte do problema orçamentário em período de baixa na atividade econômica se deve a queda esperada das receitas em contrapartida à manutenção ou mesmo crescimento das despesas. Enquanto as receitas municipais dependem da arrecadação de impostos ligados ao consumo, renda e produção, as despesas possuem gastos fixos com serviços essenciais, como limpeza urbana, e principalmente, com “pessoal”. Esta situação tende a ser mais crítica para municípios menores (Giambiagi e Além, 2017).

O Gráfico 01 apresenta a composição da receita e despesa corrente orçada para 2020 (ou 2019) para os 5 municípios mais populosos da mesorregião do Agreste Pernambucano, destacando a participação das principais rubricas. Esta mesorregião é composta por 71 cidades. Destas 83% possuem menos de 50.000 habitantes, sendo as maiores cidades: Caruaru (361.118), Garanhuns (139.788), Santa Cruz do Capibaribe (107.937), Gravatá (84.074) e Belo Jardim (76.439).

Gráfico 01

Composição das receitas e despesas orçadas para 2020 (20191)



Fonte: Elaboração própria, com base nos portais da transparência dos respectivos municípios.

Além da participação majoritária dos gastos com pessoal e encargos sociais na composição das despesas correntes, o Gráfico 01 apresenta a receita corrente como resultado basicamente das receitas tributárias e, em maior medida, das transferências correntes. Assim como a parcela dos gastos com pessoal dentre as despesas correntes, a participação das transferências correntes também tende a se relacionar negativamente com o tamanho da população (Giambiagi e Além, 2017), o que permite, a partir do Gráfico 01, inferir sobre o orçamento dos demais municípios.

As receitas tributárias se baseiam principalmente na arrecadação do Imposto sobre Serviços – ISS, no Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e na arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte². Não se diferenciando das receitas tributárias, as transferências correntes também são dependentes de impostos. Para Caruaru, por exemplo, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS correspondeu por cerca de 76% do repasse feito pelo estado ao município e cerca de 20% de todas as transferências correntes.

O Gráfico 02 apresenta a variação percentual do repasse aos municípios da cota-parte da arrecadação do ICMS pelo estado, ao longo de um mês após a confirmação do primeiro caso de contágio por Corona Vírus - COVID19 no estado de Pernambuco (dia 14 de março de 2020). Sendo os repasses realizados no segundo dia útil de cada semana, os dados foram desagregados em diferentes períodos de tempo: 1) em torno do dia 14 de março a 14 de abril; 2) repasses agregados no mês de março; 3) ao longo do mês de março (repasses realizados na 2ª, 3ª e 4ª semana³); e 4) o total dos dois primeiros repasses de abril. Todas as variações são em relação ao mesmo período de 2019 e deflacionadas através do IPCA.

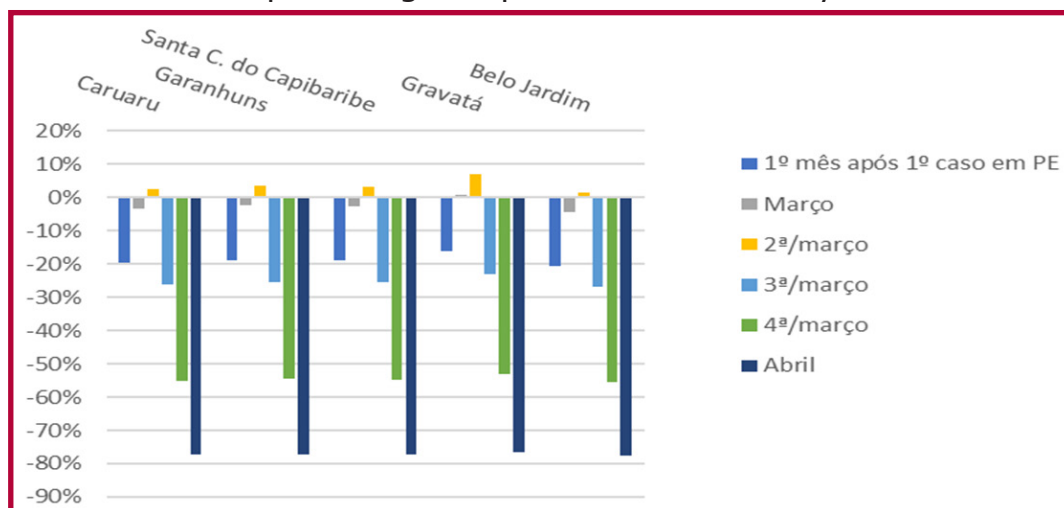
1 Para os municípios de Belo Jardim e Santa Cruz do Capibaribe os dados são referentes a 2019.

2 O Imposto de Renda retido na fonte pelos municípios, segundo o inciso I do art. 158 da Constituição Federal, pertence ao município e não tem influência nos repasses feitos pela União na forma do FPM.

3 Optou-se por não destacar as variações do início e final do mês por não possuírem período de coincidência para 2019 de forma a compará-los, já que estes são realizados no segundo dia útil de cada semana.

Gráfico 02

Variação real nos repasses do ICMS pelo Estado de Pernambuco aos cinco maiores municípios do Agreste pernambucano - 2020 / 2019



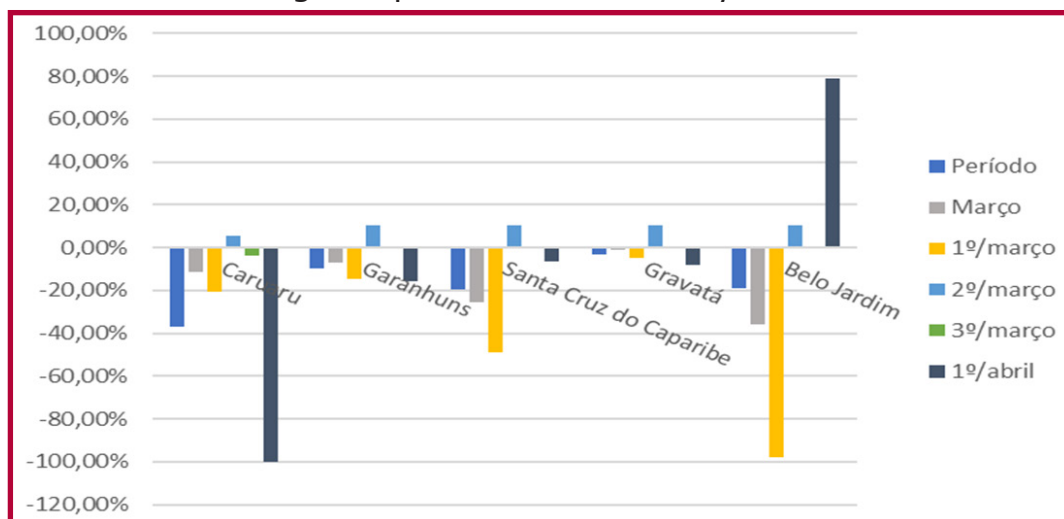
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de transferência da SEFAZ, 2020.

O Gráfico 02 apresenta queda gradual no valor repassado do ICMS. Observa-se queda de cerca de 20%, dentro do período de um mês de anunciado o primeiro caso em relação ao mesmo período de 2019, para todos os municípios. Para o mês de março, a maior queda no repasse foi para Caruaru, - 3,5%, (sendo Gravatá o único município a apresentar elevação, +0,8%), contudo as perdas evoluíram chegando, em abril, a cerca de -77% para todos os cinco municípios.

Das transferências advindas da união, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, uma transferência constitucional, representa a participação dos municípios na arrecadação do Imposto de Renda – IR e do Imposto sobre Produto Industrializado – IPI arrecadado pela união. Analisando o orçamento do município de Caruaru, o FPM representa cerca de 15,5% das transferências correntes e quase 11% das receitas correntes totais. Ao longo do mês de março e início de abril todos os cinco municípios também apresentaram queda no volume recebido do FPM, como apresentado no Gráfico 03. A maior queda foi em Caruaru (-37%) justificado, em grande parte, pelo primeiro repasse do mês de abril ter sido nulo. Os demais municípios apresentaram queda de 9,9% (Garanhuns), 19,4% (Santa Cruz do Capibaribe), 3,4% (Gravatá) e 19,2% (Belo Jardim), todos em relação ao mesmo período de 2019 e deflacionados pelo IPCA.

Gráfico 03

Variação real nos repasses do FPM aos cinco maiores municípios do Agreste pernambucano – 2020 / 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos portais da transparência dos respectivos municípios.

Em suma, observa-se que a perda de dinamismo econômico no país, com impacto sobre a arrecadação da união e dos estados, já traz consequências para o funcionamento dos municípios após cerca de um mês do surgimento dos primeiros casos confirmados. Além da revisão de gastos, é quase inevitável repasses extras da união e dos estados, tendo visto a configuração orçamentária dos municípios e que tendem a ser mais graves nos demais municípios da região.

REFERÊNCIAS

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE BELO JARDIM. Disponível em: <<https://belojardim.pe.gov.br/portal-transparencia>>. Acesso em 04 de abril de 2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE CARUARU. **Receitas**. Disponível em: <<http://transparencia.caruaru.pe.gov.br>>. Acesso em 04 de abril de 2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE GARANHUNS. **Previsão e Arrecadação**. Disponível em: <<http://garanhuns.pe.gov.br/transparencia>>. Acesso em 04 de abril de 2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE GRAVATÁ. **Receita**. Disponível em: <<http://prefeituradegravata.pe.gov.br/transparencia>>. Acesso em 04 de abril de 2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. **Previsão e Arrecadação**. Disponível em: <<https://santacruzdocapibaribe.pe.tenosoftsistemas.com.br>>. Acesso em 04 de abril de 2020.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO-SEFAZ. **Transferências estaduais**. Disponível em: <<https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Municipios>>. Acesso em 14 de abril de 2020.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: teoria e Prática no Brasil**. Atlas. 2017.



A Indústria do Turismo na Mesorregião Agreste Pernambucano: Mais uma Vítima da Pandemia de COVID-19

ANA CLARA LIRA DO NASCIMENTO (GRADUANDA EM ADMINISTRAÇÃO NO CAA/UFPE)
ITALO CAVALCANTE DA S. SOARES (DOUTORANDO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE NO PRODEMA/UFPE)
SANDRO VALENÇA (DOUTOR EM ENGENHARIA CIVIL E PROFESSOR DO CAA/UFPE E DO PROFAGUA/UFPE)

SETOR DE SERVIÇOS, TURISMO E MESORREGIÃO AGRESTE PERNAMBUCANO

O setor de serviços brasileiro, em recentes décadas, vem correspondendo, em média, a mais da metade do PIB. No País, ele é o de maior participação em produto e emprego. Em termos contábeis, divide-se em vasta gama de ramos, compondo-se por variado, intrincado e complexo conjunto de organizações atuantes, apenas como exemplo, em administração pública, comércio varejista, comunicação, logística, sistema financeiro, tecnologia da informação e turismo. A despeito da significativa relevância dos serviços, deve-se admitir que, normalmente, eles não representam o setor produtivo motriz de uma economia. Na verdade, ele tende a seguir o desempenho de outros, tais quais os agropecuários e/ou industriais.

A pandemia de COVID-19 gerou, até então, a mais vigorosa instabilidade socioeconômica do século XXI, atingindo, com maior ou menor intensidade negativa, salvo exceções, todos os setores produtivos globais. Trata-se, a rigor, de uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional” (WHO, 2020). Em particular, no Brasil, até 14/04/2020, confirmaram-se cerca de 25.262 casos e 1.532 mortes; em Pernambuco, 1.284 casos e 115 mortes. Estes números são bem mais expressivos, por exemplo, nos Estados Unidos, na Itália e na Espanha. Porventura, por razões óbvias, a indústria do turismo figura entre aquelas mais atingidas, senão a mais.

Com base nos pressupostos ora patentes, abordar-se-á, de modo resumido, os efeitos da atual crise sobre a indústria do turismo — ramo do setor de serviços, responsável por um de cada 10 empregos do planeta — da área hoje denominada por “Mesorregião Agreste Pernambucano (MAP)”, a qual conta com 71 municípios, a fim de se delinear um cenário turístico mesorregional.



De início, há que se compreender que a indústria do turismo no Brasil é formada, quase exclusivamente, por organizações empresariais — entidades com fins lucrativos. As operações governamentais e não governamentais se restringem a órgãos de regulação e de estruturação industrial. As empresas turísticas, em especial, podem ser enquadradas em 6 categorias: agências, alimentos e bebidas, entretenimento e lazer, eventos, transporte e meios de hospedagem (Valença, 2008). E tal arcabouço operacional se reflete com clareza na MAP, variando, acima de tudo, em porte e quantidade de empresas, em relação à “Mesorregião Metropolitana do Recife (MMR)”, onde se localizam, por exemplo, os destinos turísticos “âncoras” do estado de Pernambuco, sobressaindo Recife e Olinda, Porto de Galinhas e Fernando de Noronha (Valença et al., 2010).

Em regra, a atividade turística da MAP é desenvolvida por “Microempreendedores Individuais”, “Microempresas” e “Empresas de Pequeno Porte” — o primeiro, normalmente, chamada de “MEI” e as duas últimas, juntas, de “MPE” —, as quais, por tradição, tratam-se das que, em grupo, geram a maior quantidade de emprego e renda, em quaisquer que sejam as regiões do Brasil. Para justificar a regra, porém, na MAP existem algumas pontuais empresas de médio e grande portes, sobretudo da categoria meios de hospedagem, que se comportam de maneiras equivalentes às suas semelhantes da MMR. Duas advertências, no entanto, devem ser vinculadas aos MEI e às MPE da MAP: parcela considerável dos seus empreendimentos ainda se circunscreve como “marginal”, isto é, suas existências podem até perdurar por médio e longo prazos, contudo eles não melhoram o padrão de qualidade de vida de seus proprietários e empregados (Longenecker, 1997; Valença, 2005); e, não obstante a crescente conversão dos empreendimentos à formalidade, uma fração significativa deles continua a atuar na informalidade, carregando consigo as mazelas desta condição.

A título ilustrativo, destacam-se, aqui, como destinos turísticos mais notórios da MAP, abrangendo alguns de seus principais atrativos, os municípios de: Gravatá, com clima ameno, eventos juninos e natalinos, e local de segundas residências; Bezerros, com clima ameno — ressaltando-se a Serra Negra — e eventos carnavalescos; Caruaru, com eventos juninos e de negócios; Brejo da Madre de Deus, com eventos teatrais — ressaltando-se a Semana Santa; Bonito, com clima ameno e cachoeiras; e Garanhuns, com clima ameno, eventos juninos, natalinos e de inverno.

Alicerçando-se em evidências — a saber, dados e informações primários — coletadas no período de 23 de março a 13 de abril de 2020, por meio de observações diretas — realizadas em 15 municípios — e entrevistas semiestruturadas — concedidas por 10 sujeitos — e processadas segundo princípios de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), foi possível se delinear um cenário momentâneo da situação atual e futura da indústria do turismo da MAP, à luz de um fenômeno específico — a pandemia de COVID-19. Note-se que as observações diretas ocorreram em municípios desta mesorregião e as entrevistas, junto a sujeitos afeitos ao turismo mesorregional.

CENÁRIO E PROVIDÊNCIAS

Desde a década de 1990, Pernambuco vem despertando para os benefícios da indústria do turismo. Com retrocessos e avanços, investe esforços, através de políticas públicas, para divulgar os seus atrativos, conceber e consolidar uma infraestrutura turística competitiva em nível nacional e internacional. De saída, as ações governamentais se concentraram no litoral pernambucano, em função de Recife e Olinda, sol e mar, e Carnaval. Mais recentemente, o estado vem tentando diversificar seu portfólio de produtos, investindo esforços agora para materializar um *trade* turístico interiorano, em função de atrativos agrestinos e sertanejos municipais. Mas, neste momento, a maior parte dos municípios que possui as mínimas condições adequadas à participação na neófito indústria se concentra na MAP — fora dela, merece atenção somente Petrolina, município da “Mesorregião do São Francisco Pernambucano (MSFP)”.

O fato é que ao incentivar o desenvolvimento do turismo no interior do estado, Pernambuco tenta fazer emergir lá uma moderna e valiosa indústria, com aptidões próprias para estabelecer produtivas relações mercadológicas nacionais e internacionais, com latente vocação à exportação *in loco*, a qual guarda potencial para, por exemplo, na MAP, contribuir à minimização da concentração e dependência de inúmeras atividades de baixo valor agregado, como a da indústria de confecção de vestuário.

A crise causada pela pandemia da COVID-19 atingiu em cheio a indústria do turismo mundial — talvez, a mais prejudicada delas, reitera-se —, porém principalmente a daqueles países e regiões onde ela se encontra em estágio de introdução — lembrar da “curva de Butler”, que, dentre outras finalidades, serve para representar o ciclo de vida dos destinos turísticos (Butler, 1980) —, como é o caso da MAP, por infelicidade. Afora as vidas perdidas, é provável que esta se caracterize como a perda primordial do interior pernambucano. Grosso modo, não é apenas a MAP que perde com isso. O estado sofre um retrocesso na busca por diversificação de sua matriz produtiva.

Embora os governos federal, estaduais e municipais se mobilizem para auxiliar as empresas do País — através da oferta de linhas de créditos e/ou da suspensão temporária de tributos —, inúmeras delas irão inapelavelmente falir, sobretudo as que já passavam por dificuldades antes da crise. Neste sentido, os MEI e as MPE — em geral, empreendimentos com capacidades bem limitadas de autofinanciamento — serão os mais prejudicados.

Sobreviverão as entidades que contarem com melhor capacidade de autofinanciamento. Em sua maioria, elas, no entanto, não poderão prescindir dos auxílios governamentais, os quais um dia exigirão contrapartidas — por enquanto, uma preocupação *a posteriori*, que não se esqueça. E, passados os instantes mais efervescentes da crise — pois, por completo, a mesma durará anos —, os níveis de preços apresentados por elas serão baixos, suficientes apenas para cobrir despesas imediatas e vencer previsíveis resistências de clientes e consumidores, cientes de que produtos turísticos são supérfluos; e desconfiados, por agora associarem viagens a virtuais novas infecções e/ou conjecturas que o valham. Assim, a pressão por trabalhar, por muito tempo, com margens de lucro apertadas, não raro



tendendo a zero, será mais sentida por MEI e MPE — outra vez, eles. Para compreender o cenário resultante de forma ampla, teorias de gestão e negócios fundamentadas em princípios de seleção natural mostrar-se-ão bastante úteis.

Conquanto haja melindres por parte de clientes e consumidores acerca da prática do turismo, ela voltará a ocorrer, cedo ou tarde. A lógica leva a crer, porém, que ela, primeiro, dar-se-á por meio de turismo interno, designadamente em menores distâncias, o que gerará excelentes oportunidades à inauguração de um ciclo de recuperação dos destinos da MAP — note-se que, no dia a dia, hoje, os meios de hospedagem da mesorregião, por exemplo, sobrevivem na dependência de viagens a negócios sobre a malha rodoviária do estado.

A questão central que se impõe é quais providências tomar, quando a crise der sinais de atenuação. No que tange aos governos estadual e municipais, estimular o turismo interno, mormente o interiorano; por sua vez, no que tange às empresas turísticas, focar soluções, no curto prazo, com criatividade para reduzir despesas e ampliar receitas. Em gestão e negócios, como em vários outros campos da vida, as boas escolhas de longo prazo definem o sucesso. Contudo, ante a gravidade da crise causada pela pandemia de COVID-19, boas decisões táticas e, especialmente, operacionais parecem ser as mais recomendáveis, neste momento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implacations for management of resources. **The Canadian Geographer**, Ontario, CA, v. 24, n. 1, p. 5-12, mar. 1980.

LONGENECKER, J. G. **Small business management**: an entrepreneurial emphasis. Boston, USA: International Thomson Publishing, 1997.

VALENÇA, S. **Empreendedorismo**: fatores associados ao sucesso/fracasso de micro, pequenas e médias empresas de Recife, segundo seus proprietários-dirigentes. Olinda: O autor, 2005. [ISBN: 85-89501-70-1].

_____. **Modelo para elaboração de um sistema de gestão sustentável para um destino turístico de zona costeira**: um estudo em Porto de Galinhas, no município de Ipojuca, em Pernambuco. [Tese]. 2008.

VALENÇA, S. *et al.* Prospective scenarios of the environmental management of the tourist destination of Porto de Galinhas based on the enlargement of the Industrial and Portuary Complex of Suape, Pernambuco. **Management of Environmental Quality**: an international journal, 2010.

WHO – World Health Organization. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19)** – Situation report – 82. [2020]. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronavirus/situation-reports/20200411-sitrep-82-covid-19.pdf?sfvrsn=74a5d15_2>. Acesso em 11 de abril de 2020.



Presidente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Vice-Presidente: André Lima de Morais

Conselheiros Efetivos: Bruna Rodrigues Florio
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Francisco José Couceiro de Oliveira
João Albuquerque da Silva
José André de Lima Freitas da Silva
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Conselheiros Suplentes: Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Janiza Lima Ribeiro de Albuquerque
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Poema Isis Andrade de Souza
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição

Projeto Gráfico: Erivaldo Sousa

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe